Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

PARADOXOS NA CIDADE DO AMOR:
Uma análise da construção histórica do imaginário sobre os indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios

PARADOJAS EN LA CIUDAD DEL AMOR:
Un análisis de la construcción histórica del imaginario sobre el pueblo indígena Xukuru-Kariri en Palmeira dos Índios

DEISIANE DA SILVA BEZERRA[1]

YURI FRANKLIN DOS SANTOS RODRIGUES[2]

RESUMO

Este trabalho objetiva estabelecer uma descrição e análise das formas de representação empreendidas em um plano histórico e memorial de construção de Palmeira dos Índios, localizada no semiárido de Alagoas, enquanto uma cidade imaginada, bem como, compreender as distorções nas concepções sobre a fundação da cidade e sobre os indígenas Xukuru-Kariri, forjadas a partir de símbolos fabricados. Para tanto, utilizamos as fontes documentais disponíveis no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Nos fundamentamos no modelo micro-histórico proposto por Ginzburg (2007) e Levi (2000); e em Certeau (2015), para compreender as dimensões da operação historiográfica. Realizamos também uma pesquisa bibliográfica em trabalhos de cunho histórico-antropológico, buscando entender os processos históricos fundantes da cidade de Palmeira dos Índios; textos que nos auxiliaram em questões teóricas inerentes à pesquisa historiográfica. Nesta perspectiva, nossa abordagem teve como foco a construção identitária; a fabricação de símbolos e disputas de memórias; as representações sociais e a elaboração de verdades “absolutas”.

Palavras-Chave: Cidade. História. Memória. Representação.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). *E-mail*: deisybezerra.uneal@gmail.com

[2] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual em Alagoas (AVAL) e do Grupo de Pesquisa em Memória, Identidade e Território (GPMIT). *E-mail*: yurirodrigueshis@gmail.com

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo establecer una descripción y análisis de las formas de representación emprendidas en un plan de construcción histórico y conmemorativo de Palmeira dos Índios, ubicado en el semiárido de Alagoas, como una ciudad imaginada, así como, comprender las distorsiones en las concepciones sobre la fundación de la ciudad y sobre los indios Xukuru-Kariri, forjadas a partir de símbolos fabricados. Para ello, se utilizaron las fuentes documentales disponibles en la colección del Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Nos basamos en el modelo micro-histórico propuesto por Ginzburg (2007) y Levi (2000); y en Certeau (2015), para comprender las dimensiones del funcionamiento historiográfico. También realizamos una investigación bibliográfica en obras de carácter histórico-antropológico, buscando comprender los procesos históricos fundamentados en la ciudad de Palmeira dos Índios; textos que nos ayudaron en cuestiones teóricas inherentes a la investigación historiográfica. En esta perspectiva, nuestro enfoque se centró en la construcción de identidad; la elaboración de símbolos y disputas de recuerdos; representaciones sociales y elaboración de verdades "absolutas".

Palabras clave: Ciudad. Historia. Memoria. Representación.

INTRODUÇÃO

O que fabrica o historiador? Para quem trabalha? O que produz? Postas por Certeau (2015), ao inquirir sobre a "operação historiográfica", essas questões nos orientam a pensar sobre a escrita das histórias nos municípios alagoanos, assim como, sobre quem as escreveu. Histórias, por vezes, legitimadas através da fabricação de símbolos e mitos fundadores que substituem no imaginário dos cidadãos, os processos históricos que colaboraram para a sua construção.

Nesta perspectiva, analisando especificamente a história do processo de composição dos sentidos da formação de Palmeira dos Índios, entre as décadas de 1950 a 1970, pusemo-nos a indagar sobre o papel da figura emblemática do memorialista Luiz de Barros Torres[3]. Compreendendo o seu lugar social, suas

[3] Político, romancista, colecionador e memorialista palmeirense, responsável pela criação/fundação de vários ambientes sociais e políticos no município, no decorrer da segunda metade do século XX, construindo uma complexa rede de relações que legitimou suas narrativas como oficiais. Para saber mais sobre a vida desta personagem, ver Peixoto (2013), Soares (2016; 2019) e Rodrigues e Peixoto (2019).

narrativas tácitas e as intencionalidades explícitas na fabricação da literatura que viria a produzir, por um lado, o resgate de eventos passados, como se permanecessem isolados, moldando histórias entre esquecimentos e lembranças, na tentativa de tornar inteligível àquilo que estava distante, mas, por outro, como numa via de mão dupla, ideias e arquétipos que referendaram representações e estereótipos sobre o povo indígena Xukuru-Kariri, habitantes tradicionais das terras, que vieram a dar origem à cidade.

Na tentativa de arquitetar uma identidade local, uma ideia de "nação" e lugar imaginado, o escritor propõe um mito fundador, intercalando fatos históricos, românticos e fictícios sobre o nascimento de Palmeira dos Índios, a partir da morte de dois indígenas que viveram um amor proibido. Nesse sentido, nasce uma cidade erguida pela égide do amor, mas que, paralelamente, está em permanente conflito de representações, memórias e histórias.

Na abordagem dos contextos históricos, problemáticas específicas e escolhas individuais podem ser compreendidas numa linha em comum com as escolhas sociais, tornando-se necessário explorar a complexidade de relações e multiplicidade de espaços e tempos responsáveis pela construção do memorialista e de sua representação na dada comunidade, bem como, suas intervenções no destino desta. Desse modo, procuramos compreender a relação do lugar, com os procedimentos de construção do texto do mito fundador. Nesse sentido, será necessário fazer uma análise própria da micro-história, de baixo para cima, utilizada com o propósito de reconstituir, dentro dos limites existentes, o vivido, identificando estruturas invisíveis a outras abordagens historiográficas (LEVI, 2000).

Destarte, nenhuma consideração pode vir a suprimir o lugar social, onde se constrói pessoal e profissionalmente o indivíduo, inferindo diretamente naquilo que escreve, lembramos então, das profissões do historiador e do memorialista, que também foram problematizadas, no intuito de apontarmos as zonas fronteiriças (e algumas lições) entre esses ofícios, desmistificando suas "imaginadas" similaridades.

Para tanto, utilizamos da compreensão do paradigma indiciário do historiador italiano Carlo Ginzburg, realizando não só uma leitura e releitura crítica das fontes, e empreendendo uma reconstrução minuciosa do contexto apresentando, mas, a partir

do método interpretativo direcionado sobre os resíduos, dados marginais e reveladores, buscamos construir um quadro analítico de documentos sobre a história de Palmeira dos Índios, já estudados e citados por numerosos trabalhos (GINZBURG, 1989).

Ainda nesse cenário, examinamos além do fio do discurso, do texto, das intenções, das representações. Para compreender essa trama, também investigamos os rastros, como um bom caçador que aprendeu "durante inúmeras perseguições, [...] reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama [...] farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios da barba" (GINZBURG, 1989, p. 151).

Com a riquíssima documentação que tivemos contato, disposta sob diferentes olhares e categorias analíticas, operamos na procura de criar condições para sua observação no plano da tessitura das relações, reapropriações e estratégias, fazendo aparecer, por meio de alguns disfarces, formas, organizações e objetos inéditos (REVEL, 2000).

Por último, antes de começarmos a nossa breve interpretação de um pequeno fragmento do tecido social da história de Palmeira dos Índios, na busca de lançar mais perguntas do que respostas, ressaltamos que nossa tentativa será de compreender e apresentar processos históricos permeados de escolhas, estratégias, disputas de poder e jogos de interesses, envolvidos numa produção de discursos e representações estereotipadas dos Xukuru-Kariri, entendidas como verdadeiras pela sociedade Palmeirense.

1. COLETAR, GUARDAR E ESCREVER: O TRABALHO DO MEMORIALISTA?

> Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minitouro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. (GINZBURG, 2007, p. 7).

Nas palavras de Ginzburg, que até certo ponto, nos fazem refletir sobre os trabalhos de historiadores e memorialistas, encontramos um caminho verificado pelas

relações entre o fio, os discursos, ideias, representações e histórias, e os rastros, ato de pesquisar as fontes, ordenar os documentos e construir um acervo documental.

O memorialista Luiz de Barros Torres foi uma personagem multifacetada, visto que, além de ser considerado historiador, pela população palmeirense, era político, romancista, colecionador e, em alguns casos, arqueólogo, apesar de não ter nenhuma formação nas áreas citadas. Nos deteremos, neste escrito, no domínio de sua posição como historiador/memorialista de Palmeira dos Índios, responsável por construir uma literatura personificada em verdade oficial.

Mas, se Torres não tinha formação na área da história, podemos submeter seu trabalho a uma adequada crítica historiográfica? Apesar das várias discussões que essa pergunta pode suscitar, adiantamos que vamos utilizar a ideia de "produtor de história", segundo Haas Júnior,

> De fato, independente da formação intelectual, vinculações institucionais, inclinações idiossincráticas, todos os autores de história local são produtores de história. Certamente, a partir dessa categoria ampla surgem especificações representadas, por exemplo, pelos termos "historiador de ofício", "historiador amador", "memorialista" ou, ainda, "history maker". Como vimos, Marieta Ferreira interpreta este último como sendo o autor que escreve sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica [...] (HAAS JÚNIOR, 2009, p. 72).

Assim, não nos interessam as discussões sobre a construção acadêmica ou institucional do historiador e quais as regras para a produção de um trabalho historiográfico, estamos dispostos a compreender os efeitos da literatura de Luiz Torres, que sob a égide do discurso de historiador local, construiu uma Palmeira dos Índios imaginada, calcada na descaracterização indígena, um modelo de lugar e uma ideia de identidade. Além disso, devemos incitar o questionamento, por que historiador? Quais suas relações com esse *métier*? É isso que iremos examinar agora, apontando, evidentemente, as zonas fronteiriças.

De volta aos rastros... os "produtores de história", memorialistas, "history maker" ou outras definições que prefiram chamar, têm algo a contribuir com a formação dos jovens acadêmicos que buscam aprender o ofício do historiador. Distante de teorias da realidade social e dos métodos históricos, mas próximos dos

acervos e pesquisas documentais, eles exercem a admirável função de coletar e guardar documentos indispensáveis para reconstruir a história de um lugar, no nosso caso específico, apesar de reconhecermos que esse processo ocorre seguindo ideias, interpretações e desejos específicos desses indivíduos.

O trabalho de Luiz Torres não é diferente, ao ter contato com parte de seu valioso acervo, sob a guarda do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III, lembramos da afirmação de Marc Bloch, "o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 2001, p. 53). Apesar de direcionada para o público acadêmico, essa fala pode nortear as pesquisas desenvolvidas por nosso "Produtor de História". Em entrevista, concedida a TV Manchete, ele narrou que:

> Quando cheguei aqui, estranhei que Palmeira dos Índios, com tantos filhos ilustres, com tantos escritores, nenhum deles, tenha se preocupado em escrever a história palmeirense que por sinal é uma história muito bonita [...] o meu trabalho é resultante de várias pesquisas efetuadas com muito amor esforço e paciência. Consegui levantar dados sobre essa terra desde 1662 [...][4].

Interessante discutir as "pesquisas efetuadas com muito amor, esforço e paciência", evidenciando por um lado sua dedicação à procura de fontes e documentos que pudessem elucidar a história de Palmeira dos Índios, mas, por outra lente de análise, revela como ele construiu a legitimidade de seus trabalhos, tornando-se conhecido como "Luiz Torres da Paixão Palmeirense"[5].

A atividade de pesquisar em acervos, cartórios e instituições políticas, religiosas ou sociais sem dúvida é uma função que demanda de recursos, tempo e uma prévia compreensão dos objetivos, direcionando o olhar. Acreditamos que as

[4] História Oral de Palmeira dos Índios, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL. Esse projeto foi idealizado por José Ronaldo Melo e Luiz Byron Passos Torres, sendo o último, filho do escritor Luiz Torres. Com o intuito de construir um "álbum" de memórias sobre eventos e épocas distintas no município, os autores planejaram uma ideia ambiciosa, embora que os discursos/memórias recolhidas fossem, sobretudo, da elite palmeirense. Ainda que gravadas em fitas VHS, algumas entrevistas foram transcritas, apesar de não ter sido possível incluir nosso memorialista no corpo dos entrevistados, foi utilizada uma fala sua concedida a TV Manchete. Como as transcrições são apenas um esboço do projeto final, acreditamos, não identificamos o ano de sua produção.

[5] História Oral de Palmeira dos Índios, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL.

incursões de Torres aos acervos, foram guiadas, pelo menos no início, por curiosidade e conhecimento, mas transformaram-se em "trabalho" quando seus textos foram introduzidos, sob vários pretextos, na história e memória oficial do município. Mas, nesse ato, existe um detalhe importante, o memorialista deve ter enfrentado distintos desafios ao pesquisar em instalações precárias, com documentos desorganizados e mal preservados, realidade próxima, muitas vezes, a do historiador (BACELLAR, 2005).

Analisando a documentação coletada por Torres, nós historiadores podemos tirar algumas lições; os trabalhos historiográficos apresentam suas lacunas, natural no processo de reconstrução do passado. Ao tentar preencher uma, outras irão surgir, "ao passo que a documentação "revela", ilumina", "aponta" e "constrói" caminhos, simultaneamente, "obscurece", "encobre" e "desprestigia" outros" (RODRIGUES, PEIXOTO, 2019, p. 32). Nessa perspectiva, observamos que o escritor tinha consciência dessas "tendências", pois, mesmo realizando uma invejável pesquisa documental, esteve preocupado em completar os espaços deixados pelas perguntas, ou respostas, ao passado.

Nesse sentindo, Luiz Torres na busca, durante a década de 1970, pelo que a documentação nos mostrou, de tentar compreender a figura do Frei Domingos de São José, responsável pelo pedido de doação de uma légua de terras a Sesmaria de Burgos, em 1773, para catequese dos indígenas Xukuru e Kariri, empreendeu uma verdadeira saga. Suas correspondências indicam uma intensa procura por documentos que fizessem referência ao Frei, as cartas trocadas com pesquisadores e instituições religiosas de Pernambuco, como o Fernando Pio[6] e o Converto do Carmo[5], respectivamente, em acervos internacionais, a exemplo do Arquivo Nacional

[6] Carta de Fernando Pio, em 29 de março de 1972, a Luiz de Barros Torres. Disponível no acervo do GPHIAL. Escritor e historiador recifense, fundou e dirigiu o Museu Franciscano de Arte Sacra de Pernambuco, assim como pertenceu a Ordem Terceira de São Francisco. A partir de pesquisas documentais, escreveu alguns livros sobre a questão religiosa. Sobre suas relações com Torres nada sabemos.

5 Carta do Converto do Carmo, em 16 de fevereiro de 1973, a Luiz de Barros Torres. Disponível no acervo do GPHIAL.

da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino[6], e usando, às vezes, dos recursos disponíveis para obter documentos e informações, como na procura da Foto Lafo, empresa localizada em Lisboa, Portugal, que trabalhava com microfilmes e Xerox[7], indicam sua preocupação para preencher as lacunas abertas.

Desse modo, gostaríamos de enfatizar que a fala do escritor à TV Manchete, sobre sua dedicação a pesquisa, não está apenas orientada na busca de legitimidade para seus trabalhos, mas em demonstrar também os modos como ele construiu uma história de Palmeira dos Índios em meticulosas atividades de investigação documental. Devemos, no entanto, compreender que

> Com a referida atividade, Luiz B. Torres desenvolveu uma das funções do ofício do historiador, de saber qual documentação procurar, o lugar provável de sua localização, de aventurar-se nos arquivos, separar e coletar documentos e confeccionar uma sistematização das fontes. Mas, ao mesmo tempo, seus trabalhos apresentam distanciamentos do *métier* do historiador, quando transcrevia a documentação sem problematizá-la, realizando análises incompletas, não questionando a lógica de produção e quais os motivos e interesses para elaboração da mesma (RODRIGUES; PEIXOTO, 2019, p. 27-28).

Uma das zonas fronteiriças entre o ofício do historiador e do memorialista, no caso apresentado, implica que o segundo, não responde as questões como: "de onde vem o documento? Quem é o autor? Como foi transmitido e conversado? O autor é sincero? Terá razões, conscientes ou não, para deformar seus testemunhos? Diz a verdade? Sua posição permitir-lhe-ia dispor de informações fidedignas?" (PROST, 2012, p. 59), enquadrando as narrativas dentro de esquecimentos e lembranças, construindo ideias e arquétipos em suas propostas de reconstrução ou inteligibilidade do/para o passado (HAAS JÚNIOR, 2011).

Indo além, ao utilizar um conjunto de documentos, sem tecer suas devidas críticas, o autor elaborou um imaginário de "resgate" dos eventos como de fato

6 Carta do Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, José Pereira da Costa, em 23 de janeiro de 1973, a Luiz Barros Torres. Disponível no acervo do GPHIAL. Carta de Luiz de Barros Torres, em 02 de fevereiro de 1973, a Foto Lafo, Lisboa. Disponível no acervo do GPHIAL.

7 Carta de Luiz de Barros Torres, em 02 de fevereiro de 1973, a Foto Lafo, Lisboa. Disponível no acervo do GPHIAL.

aconteceram, como se os processos históricos permanecessem isolados em esferas autônomas. Daí tiramos nossas últimas lições, com o cuidado ao analisar o passado através de documentos produzidos sob diversas óticas e interesses, sistematizados em situações únicas e complexas, que, possivelmente, passaram por uma seleção social e temporal; por fim, utilizando da perspectiva do historiador Eric Hobsbawm (1998), nossos trabalhos, acrescentamos os dos "Produtores de História", podem converter-se em fábricas de bombas, causando exclusão, conflitos e imagens deturpadas, como veremos a seguir.

2. IDEIAS E IMAGENS: A "FORMAÇÃO" DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

No interior do estado de Alagoas, o município de Palmeira dos Índios tem sua história sublinhada por disputas territoriais, políticas, memorialísticas e identitárias de diferentes grupos sociais que desde o século XVIII ocupam o mesmo espaço geográfico. Esses conflitos apesar de tecidos há mais de 200 anos, são permanentemente reintroduzidos em diferentes contextos e situações, sob distintos disfarces.

Sendo assim, nossa intenção aqui será apresentar um dos momentos mais emblemáticos na incorporação de novos sentidos, significados, elementos imagéticos e discursos na antologia da história de formação de Palmeira dos Índios. A personagem principal dessa trama, se assim podemos chamar, é o escritor e memorialista local, Luiz de Barros Torres, responsável por produzir a narrativa de formação de Palmeira dos Índios, entre as décadas de 1960 a 1970.

Com o intuito de criar/despertar um sentimento de "identidade palmeirense", o autor elaborou, tendo como base documentos históricos, entrevistas e artefatos arqueológicos[8], uma lenda, assim denominada por ele, de fundação do município. Na narrativa que intercala eventos históricos, ficcionais e românticos, foram construídas concepções e representações dos indígenas que viviam naquela região, dos quais supostamente descendem os atuais Xukuru-Kariri, segundo o escritor.

8 Sobre essas discussões, ver Peixoto (2013) e Soares (2019).

Mas, o que significa essa discussão? Por que analisar esse evento? Talvez a pergunta mais importante seja: de que forma os discursos e imagens produzidas naquele período reverberam hoje? As nossas inquietações são maiores que as possíveis respostas para as questões anteriores, mas continuaremos nossa história.

Em vários lugares da cidade, as representações sobre os indígenas estão visíveis, frutos da imagética da lenda, são pinturas, esculturas, nomes de comércios e outros. Assim, começamos a observar de que forma as produções de Luiz Torres estão conectadas com o imaginário sobre os indígenas na atualidade. Diante dessa premissa, gostaríamos de questionar[9]: como essas ideias e imagens viajaram entre espaços e temporalidades e tornaram-se configurações convincentes, que parecem resistir a mudanças e críticas?

A década de 1960, em Palmeira dos Índios, é marcada por profundas mudanças de ordem política, social, cultural e religiosa, nesse período o município inaugurou o Teatro Amador de Palmeira dos Índios – TAPI, o sindicato rural dos trabalhadores, a companhia telefônica, o Lions Club e a diocese da Igreja Católica Apostólica Romana, projeto aprovado pelo papa João XXIII[10]. Ainda nesse contexto, surge o Movimento Renovador, organização política local, com o intuito de derrotar nas eleições as oligarquias, segundo a documentação consultada.

O escritor Luiz Torres participou ativamente dessas transformações na sociedade palmeirense, adquirindo prestígio e entrelaçando uma densa rede de relações, amizades e alianças, que foram utilizadas, estrategicamente, em momentos e ambientes distintos. O trabalho dessa personagem era admirado e respeitado pelos grupos sociais que frequentava, tornando-se conhecido pelos seus textos que intercalavam fatos históricos e ficcionais.

Para entender como as narrativas, histórias e imagens criadas e pensadas por Torres, converteram-se em símbolos de uma "nação"/identidade, no caso, palmeirense, introduzidas na história e memória oficial, precisamos observar o

9 Utilizamos como base as provocações do texto de Appadurai (1992).

10 Cronologia de Luiz B. Torres, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL. Esse trabalho foi produzido por seu filho, Luiz Byron Passos Torres.

contexto político. Da década de 1950 a 1960[11], o escritor foi parte integrante da política municipal, sendo candidato a vereador e membro de partidos políticos, nesse meio, tornou-se conhecido pelo diálogo e cordialidade (RODRIGUES, PEIXOTO, 2019). De acordo com o comerciante José Tobias de Almeida,

> Existia naquela época [décadas de 1950 e 1960] uma pessoa que era a cabeça pensante, o indivíduo que tinha acesso a todos os grupos, que sempre procurava instalar a harmonia e a cordialidade entre todos. Era Luiz B. Torres auxiliado por José Duarte (Jota Duarte) e Pe. Dimas[12].

Como podemos ver, nossa personagem era um "indivíduo que tinha acesso a todos os grupos", tecendo relações de alianças que lhe ajudariam posteriormente. Sua capacidade de diálogo e de construção de redes o fizeram participar de diversos setores da vida social palmeirense. Na narrativa apresentada acima, ressaltamos o nome de José Duarte, ou, Jota Duarte, como era conhecido, eleito prefeito de Palmeira dos Índios em 1965 pelo Movimento Trabalhista Renovador, o mesmo que Luiz Torres participou, inclusive com a co-criação do hino do partido, até aquele ano, tendo saído por motivos políticos.

Como abordamos anteriormente, as redes de relações construídas pelo escritor foram importantes em diferentes ambientes e temporalidades, na administração de Jota Duarte, que como vimos na entrevista, nutria estreitos vínculos com Torres, foi sancionada a lei nº 691, em 1966, que instituiu os símbolos oficiais, bandeira, brasão e hino, de Palmeira dos Índios, passo inicial para a construção de uma identidade local (SOARES, 2019).

Em uma pesquisa, lançando mão de uma vasta documentação e de um sofisticado poder analítico, a respeito das apropriações e usos de imagens sobre os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, o historiador Brunemberg Soares a partir de atas[13] da Câmara Municipal, conseguiu obter a informação que em novembro de 1966

11 Idem.

12 Idem.

13 Ata da 80º Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 26/11/1966. Fonte: Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos índios, Livro XV, p. 1 (SOARES, 2019).

"o legislativo palmeirense recebeu do *Lions Club* [...] um Projeto de Lei que previa a criação dos símbolos oficiais do município" (SOARES, 2019, p. 83).

De acordo com a cronologia de Luiz Torres[14], produzida pelo seu filho, Luiz Byron Passos Torres, o Lions Club foi fundado em 1962, com a participação do escritor. Em 1965 ele assumiu a presidência para um mandato de 1 ano, após sua saída, ocupou o cargo de vice-governador em julho de 1966. Com isso, podemos concluir algumas questões, tendo como base a documentação, as pesquisas desenvolvidas a respeito do período e hipóteses sobre a realidade; a influência de Torres em setores sociais do município é inegável, assim como na política[15]. Dessa forma, acreditamos que ele atuou na elaboração do projeto dos símbolos oficiais ou na sua aprovação e, posterior, sanção do prefeito. Sabemos que ele e outros indivíduos participaram do processo de criação, mas de que forma foram escolhidos ou indicados, ainda é um borrão na reconstrução desse fato. De qualquer forma, conhecemos como o escritor era visto pela sociedade da época, considerado "uma cabeça pensante"[16], como narrou José Almeida, além de ter produzido uma heterogênea teia de relações com multifários setores sociais.

A partir dos fatos reconstruídos e analisados, compreendemos que a Lenda de Fundação de Palmeira dos Índios, escrita por Luiz B. Torres, compõe a última peça da "coleção de símbolos oficiais"[17], apesar de não ter sido sancionada pela na Lei nº 691 mas, nos dias atuais, essa narrativa é utilizada no site oficial da Prefeitura Municipal[18].

Com o intuito de impulsionar um sentimento de pertencimento e identidade local, inventando uma "nação" imaginada[19], que teria nos indígenas Xukuru-Kariri a representação dos primeiros povos da região e responsáveis pela fundação do município, a partir do auxílio indispensável do Frei Domingos de São José.

14 Cronologia de Luiz B. Torres, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL.

15 Os trabalhos de Soares (2019) e Rodrigues e Peixoto (2019) nos mostram isso.

16 História Oral de Palmeira dos Índios, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL.

17 Ideia elaborada no trabalho de Rodrigues e Peixoto (2019).

18 Ver: https://palmeiradosindios.al.gov.br/.

19 Utilizamos as concepções de Anderson (2008), apesar de reconhecermos os distanciamentos, em relação às escalas de análise e os diferentes contextos e situações abordadas pelo autor.

Apesar de escrita em diferentes versões, com algumas alterações textuais entre elas, resolvemos examinar a lenda produzida em formato de quadrinhos[20], sendo, talvez, a mais conhecida. Finalizada em 1971, a Lenda da Fundação da Cidade de Palmeira dos Índios – A Terra de Tilixi e Txiliá, distribuída ao longo de 7 páginas, sendo a última composta de algumas fotos posadas, sem títulos, legendas ou identificação do fotógrafo, supostamente de indígenas, com arco e flecha nas mãos na disposição de caçada ou combate.

Na primeira página é apresentada a imagem de dois indígenas, sendo a representação dos dois protagonistas da história, ambos nus, que juntos realizam um trabalho manual com uma rede de pescar; nas páginas seguintes, o escritor desenvolve um modelo textual, com base em três elementos, o primeiro, com eventos históricos, como a chegada dos indígenas Kariri e Xukuru, das margens do Rio São Francisco (próximo ao atual município de Porto Real do Colégio/AL) e de Cimbres (Pesqueira/PE), respectivamente, além da vinda do Frei Domingos de São José e de sua viagem a Garanhuns/PE para solicitar a doação de D. Maria Pereira Gonçalves, herdeira da Sesmaria de Burgos, meia légua de terras para o processo de catequização.

No segundo, com ideias ficcionais, na criação das personagens como o Cacique Êtafé, guerreiro forte, ciumento e vingativo, Txiliá, moça com menos de 15 anos de idade, prometida para ser a mulher do chefe (Êtafé) e Tilixi, ágil caçador e primo da jovem indígena, que vivia um romance proibido com ela; além disso, o escritor, na página 4, discorre sobre uma profecia, que o Pajé teria lembrado, de um "homem branco [que] faria do xucuru-kariri um grande povo"[21], fazendo menção assim a chegada do Frei Domingos de São José.

O terceiro e último, com referências românticas, Luiz B. Torres descreve o fim trágico dos dois jovens indígenas, Txiliá e Tilixi, tendo o segundo sido condenado, por ter beijado a testa de sua prima durante uma dança dos guerreiros, a morrer de fome e sede; ouvindo os chamados de seu amado, Txiliá resolve procurar o Frei e lhe pede

20 Há alguns anos atrás, uma versão dessa lenda foi reeditada, revisada e publicada.

21 Luiz de Barros Torres, Lenda da Fundação da Cidade de Palmeira dos Índios – A Terra de Tilixi e Txiliá, 1971. Disponível no acervo do GPHIAL.

a cruz que transportava no peito, com a intenção de plantar o madeiro ao lado de Tilixi. Após executar essa ação e fazer uma prece, Êtafé, que a vigiava, acerta uma flecha em seu peito e ela cai morta sob o corpo de seu primo, então, "os dois exalaram o último suspiro, unidos na morte"[22]. No dia seguinte, no local da morte dos indígenas, nasceu uma frondosa palmeira, sinal da escuta e vontade de Deus as preces de Txiliá e da permanência do Frei entre os Xukuru-Kariri, respectivamente; no entorno da palmeira que brotou ao lado dos dois indígenas, o missionário fundou a cidade de Palmeira dos Índios, um lugar que nasceu do amor.

Nesse sentido, temos a produção de uma narrativa que pretendeu despertar o sentimento de pertencimento e identidade local; como vimos, apesar de colocar os indígenas como protagonistas da história de fundação, o escritor "imortaliza [...] um índio romantizado visto como um elo perdido do passado municipal" (SOARES, 2019, p. 45). De acordo com Ferreira,

> o discurso sobre a história de Palmeira dos Índios, ao se sustentar na literatura de Torres, promoveu o surgimento de uma cidade consubstancial a essa nação, resultante de um processo de *fabulação* – narrativa distinta da história, se esta for entendida como forma de compreensão objetiva da trama social (FERREIRA, 2015, p. 125).

Assim, a história e memória oficializada, através da "coleção de símbolos oficiais", desenvolve uma trama em que os indígenas estão presos em um passado colonial, acessados apenas através de representações e ideias que não são compatíveis com as populações indígenas, principalmente, o grupo étnico Xukuru-Kariri, do período de produção da lenda.

Pensar o contexto de elaboração desses discursos e imagens é impossível sem se debruçar através do prisma de formação de verdadeiras políticas coletivas, marcadas por algumas lembranças e muitos esquecimentos. Desse modo, devemos observar como essas narrativas foram arquitetadas, seguindo o apelo de construção de uma "nação", no nosso caso, imaginada (SCHWARCZ, 2008).

Compreendemos que as políticas coletivas podem ser empreendidas por indivíduos, no nosso caso, Luiz Torres, mas que, necessariamente, são incorporadas

22 Idem.

por grupos hegemônicos, às vezes heterogêneos entre si, por meio de uma densa rede de sentidos, significados e interpretações. Nesse sentindo, em 1956, na edição inicial do Jornal Tribuna do Sertão, de circulação local, na seção intitulada: "Pinceladas de História", Torres disse que: "Pouco existe sôbre a História de Palmeira dos Indios, e esse pouco está espalhado por revistas e compêndios, muitos deles quase que desconhecidos de mais de três quartos do público palmeirense.". A versão apresentada sobre a história do município é correlata da lenda de fundação, com a diferença, que os indivíduos aparecem sem nome e o drama do amor proibido não guia a ideias de surgimento da cidade, apesar de também fazer uso da alternação entre eventos históricos e quiméricos.

Com essa e outras publicações ao longo da década de 1950 e 1960, Luiz Torres ficou conhecido pelos seus estudos, entendemos que sua literatura não pode ser vista como um puro e exclusivo desejo de conhecimento, visto que, oportunamente, grupos sociais, da elite palmeirense, utilizaram, se estendendo até os dias atuais, de suas ideias e imagens que isolaram e cristalizaram os indígenas Xukuru-Kariri num passado distante, diferente de sua realidade, criando um conjunto de representações que servem para descaracterizar a identidade indígena e, consequentemente, negar o direito a posse de seu território (OLIVEIRA, 2016).

Os trabalhos do escritor, apoiados em minuciosas pesquisas em acervos, escavações arqueológicas e em teorias de interpretação social, ao passo que foram personificados em verdades oficiais, ritualizados em narrativas de eventos distantes temporal e especialmente, penetraram nas mentes da sociedade local, transmitindo concepções sobre os indígenas. Para a construção dessa "nação imaginada", Luiz Torres, entre lembrar e esquecer, utilizou-se da sistemática da exclusão e re-semantização dos fatos históricos, arquitetando uma história com transformações nos eventos em algo efetivamente distinto, apesar de servir-se de uma riquíssima documentação, daí podemos considerar que tessituras produzidas nessas situações são complexas, ordenadas e, possivelmente, únicas e não podemos considerá-las acidentais, mas sim constitutivas (OLIVEIRA, 2016).

3. A INVENÇÃO DOS ÍNDIOS: MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS DE PODER

As histórias só reverberam porque se dá um sentido àquilo que está sendo transmitido, bem como, ao recebido, dando lugar ao jogo social da memória, que abre espaço para a invenção, restituição, reconstrução, fidelização e traição, da lembrança e do esquecimento (CANDAU, 2016). Isto posto, compreendemos que, a narrativa distorcida da fundação de Palmeira dos Índios, conseguiu fazer o caminho da transmissão/recepção, por tentar silenciar histórias de violência e espoliação, próprias do período de povoamento dos "Sertões" nordestinos, substituindo-as por um discurso mais aceito que, ao mesmo tempo, silencia, romantiza e cria um sentimento de pertencimento na parte não indígena da população.

Compreendemos os atos de pensar e sentir como práticas de representação, cujas imagens, conceitos e emoções conferem sentidos às histórias narradas, "de modo semelhante, a fim de comunicar esses significados para outras pessoas, em qualquer troca significativa." (HALL, 2016, p.23). Assim, o uso que atribuímos a determinada coisa, o que sentimos em relação a ela, como pensamos e o que dizemos a respeito dela, lhe dão sentido.

É comum às cidades, na contemporaneidade, na busca pela sobrevivência e individualidade, procurar se diferenciar o mais que possível das demais, diante da eminente abolição do "lugar" enquanto singularidade. E, para dar um suporte mais sólido a esta procura por diferença, cresce a procura pela identidade dos lugares, por raízes, e por passado, que passa a ser a dimensão mais importante. O que pode ser perigoso, quando levado a esses extremos, pois as sociedades tendem a ser possuídas por passado, resultando na distorção da história e em conflitos sociais (ABREU, 1998).

Isso posto, outras questões dão prosseguimento a nossa análise: como nascem os mitos fundadores? Com que propósito? E, a quem servem? Luiz Torres (1971), ao misturar fatos comprovados em documentos oficiais e em relatos orais à lenda de Tilixi e Txiliá, indígenas sob o estigma do amor proibido, que, aos moldes da tragédia shakespeariana Romeu e Julieta, encontram na morte sua união, criou um

mito fundador para Palmeira dos Índios, porém, com personagens idílicas, com as quais os atuais indígenas Xukuru-Kariri não se identificam. Entretanto, a lenda é referendada, legitimada e cristalizada no imaginário dos não indígenas e reproduzida desde então em diversos espaços, incluindo sites oficiais do município, jornais e ensinada nas escolas, substituindo processos de territorialização indígenas, conflitos, disputas territoriais e esfacelamento territorial.

Esse é o papel fundamental do aspecto simbólico em um grupo social, com sentidos produzidos, perpassando por vários processos e práticas, atribuir a objetos, valores e significados, que são incorporados ao cotidiano. O que pode ser aplicado, em relação à lenda que concedeu o título de "cidade do amor" a Palmeira dos Índios, apropriada e transmitida com intenção de verdade.

Na concepção de Halbwachs (2003), a construção de memórias individuais em um grupo, ocorre por meio de uma rede de relações, persuasões, interações e conflitos instituídos em um referido espaço, formando as memórias coletivas. Pierre Nora, por sua vez, define um "lugar de memória" a partir da existência de vínculos com o passado, constituídos em um ambiente favorecido pela "vontade da memória" e a "intenção da memória", logo não se tratando apenas de um lugar digno de lembrança, mas configurando-se numa unidade significativa, em que aspectos materiais e simbólicos são construídos como patrimônio de uma comunidade (NORA, 1993).

Essas representações não foram apenas impostas, mas também, aceitas e apropriadas. É possível encontrar no espaço urbano, casas comerciais, praças, nome de rua, e até estátuas, que reforçam a imagem estereotipada de índios, ora do Norte do Brasil, ora norte-americano, com traços diacríticos bem definidos. Mas, que nem de longe, lembram os Xukuru-Kariri, que viveram uma longa experiência de contato e trocas culturais. O que, para o não indígena, reforça o discurso da não-existência de indígenas no município e, justifica a ideia da expulsão desse grupo do território tradicional. Ao índio cabe um lugar, desde que, esteja fixo no passado.

Quando pensamos a cidade, sobretudo como um lugar de representação, na dada unidade espaço-temporal, consideramos as apropriações e representações do passado através da memória e da história. Ambas responsáveis pela construção de

narrativas numa temporalidade transcorrida. Porém, cabe a história o registro autorizado do passado e, portanto, o encargo, da reconstituição dos processos históricos, com o compromisso da "verdade", desfazendo os enganos da memória (PESAVENTO, 2005).

Aquém da nossa análise e a custo da reconfiguração do passado ao modelo que melhor se encaixe aos pressupostos levantados, e à revelia da população indígena em Palmeira dos índios sobrelevam as narrativas fabricadas.

Dada esta operação significativa de fabricação do discurso legitimador, inquirimos sobre como ele afeta o cotidiano da cidade. Na ocasião dos 131 anos de emancipação de Palmeira dos Índios, crianças e adultos fantasiados dos índios inventados, cantaram e dançaram de maneira estereotipada, sem problematizar o verdor da lenda, em relação a data de fundação da cidade, nem o porquê de, em meio a tantas lendas tradicionalmente transmitidas sem autor conhecido, a de Tilixi e Txiliá, ter data e origem definidas.

Nesses termos, a cidade pode ser compreendida também, como espaço de disputas de poder, onde as personagens envolvidas constroem o discurso na busca por legitimar os símbolos criados com a finalidade de forjar a identidade palmeirense, produzidos, apropriados e sustentados em bases que, apesar da inconsistência, continuam eficientes em esconder interesses e manter ativas histórias fabricadas. E mesmo em meio as constantes produções acadêmicas que tratam do processo histórico de fundação de Palmeira dos Índios prevalece a ficção que serve as forças hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho de buscar compreender o processo de construção do sentido de formação do município de Palmeira dos Índios, verificamos uma trama permeada de narrativas veladas e adaptadas a diversos interesses sociais, políticos, identitários e territoriais. Mostramos que, coletando fontes e vestígios sobre o passado, selecionando dados e eventos, entre amnésias e lembranças, a literatura de Luiz de Barros Torres foi personificada em verdade oficial.

Nesses escritos, que arquitetaram “uma história da fundação”, o grupo étnico Xukuru-Kariri teve um papel crucial, enquadrado em arquétipos e estereótipos de indígenas de um passado distante, com práticas e costumes exóticos; com a morte de dois indígenas, sob a ideia de um amor proibido, teria surgido a cidade. Assim, Torres produz uma história imaginada, criando um modelo de lugar e uma identidade ideal para o povo.

Na via de mão dupla da representação, ao visibilizar os Xukuru-Kariri, com suas participações no mito fundador, o autor, desenvolve uma narrativa de “encastelamento” dos indígenas, só podendo ser acessados através de concepções e ideias incompatíveis com grupo étnico de sua época, que tinha passado por um longo processo de trocas culturais.

Como discutido, o lugar social dos indivíduos pode ser entendido numa linha comum com suas escolhas sociais e políticas, sendo necessário explorar os espaços e as complexidades das relações tecidas. Nesse sentido, devemos enfatizar que o trabalho desenvolvido por Torres, não é um simples e puro desejo de conhecimento, ou algo do tipo, mas tinha o propósito de projetar uma política coletiva, indicando a sociedade palmeirense “o que realmente aconteceu” e o que deve ser lembrado (HAAS JÚNIOR, 2011).

Embora, devamos ainda pontuar que as histórias produzidas pelo memorialista foram reapropriadas, interpretadas e transmitidas de diversas formas, adquirindo e gerando novos sentidos e significados, a depender dos contextos e situações. Nesse ponto, talvez, tenhamos respondido uma das nossas perguntas, como ideias e imagens viajam entre espaços e temporalidades e tornam-se configurações convincentes, que parecem resistir a mudanças e críticas?

Do outro lado desses arranjos, temos os indígenas Xukuru-Kariri que, constantemente, expõem novas lógicas para pensar suas identidades, histórias e lutas políticas, nos apresentado um vasto e riquíssimo corpo cultural tradicionalmente construído. Ainda nesse contexto, temos a Universidade que a descer de suas fortificações, se aproxima das realidades dos atores sociais e dos problemas da sociedade, como observamos nos trabalhos citados, por isso, ressaltamos as

contribuições do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas[23]. Assim, devemos torcer pela vitalidade dessas organizações e configurações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia.** Porto: (?), vol. XIV, p. 77-97, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. "Colocando a hierarquia no seu lugar". Tradução de Claudia Barcellos Rezende do original: "Putting hierarquy in its place". In: MARCUS, Jorge E. (org). **Rereading culture anthopology.** Durham and London: Duke University Press, 1992. p. 38-49.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2008. p.23-79.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed, Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. Histórias locais, produtores de história e os usos do passado: reflexões sobre o contexto catarinense. In: **Fronteiras**: Revista Catarinense de História. Florianópolis: (?), n.17, p.57-76, 2009.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. Profissionalização da História: questões para reflexão suscitadas por uma leitura de obras de histórias locais. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais** [...]. São Paulo, 2011. p. 1 – 14.

23 Para saber mais sobre o grupo e os trabalhos desenvolvidos, ver: www.gphial-uneal.com.br.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2016.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Traução de Yara Aun Khoury. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://www.gphial uneal.com.br/disertacoes. Acesso em: 12 de jan. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In: **Revista Cadernos do LEPAARQ**. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, vol. II, n°4, p. 9-17, Jul/Dez 2005.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

REVEL, Jacques. Prefácio. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-40.

RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos; PEIXOTO, José Adelson Lopes. Entre o ofício do historiador e o trabalho do memorialista: História, memória e usos do passado em Palmeira dos Índios a partir dos escritos de Luiz Barros Torres. In: PEIXOTO, José Adelson Lopes; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos (orgs.). **História, imagem e memória de Palmeira dos Índios no acervo do GPHIAL**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2019. p. 15-45.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e

difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-17.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010).** 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande, 2019. Disponível em: https://www.gphial-uneal.com.br/disertacoes. Acesso em: 16 de jul, 2019.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Cara de índio:** diferentes visões sobre os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. 2016. 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2016. Disponível em: https://www.gphial-uneal.com.br/monografias. Acesso em: 12 de jan, 2019.

Recebido em 12 de abril de 2021.

Aprovado para publicação em 18 de abril de 2022.